

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 30/Mar



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2753/2022



BAHIA

PAGAMENTO DE PROCESSO

MULTISERV/ADAB – EST.BAHIA CRÉDITO NO SINDICATO PARA 4 VIGILANTES



Nesta terça-feira, 29, o Sindicato começa a entrega dos cheques para 4 colegas ex-Multiserv/ADAB – Agencia Estadual de Defesa Agropecuária conquistado num processo de 2012 patrocinado pelo Sindicato defendendo os direitos dos colegas contra a caloteira e o contratante omissos e coniventes.

E o contratante réu foi condenado e pagou.

Os colegas já podem comparecer no Sindicato levando o cartão de vacina contra a Covid 19 e original e cópias dos seguintes documentos: RG, CPF, PIS, Prova de Residência e CTPS – página da foto, verso e página do contrato Multiserv.

É luta! É conquista para quem tem fé na luta!
É sindicato de luta, sem pelego, sem patrão!
Parabéns.

Confira seu nome:

PROCESSO 1212.2012.10ª - SINDVIGILANTES/
BA X MULTISERV/ADAB

- BENEDITO CASTRO DE LISBOA
- DULCIDIO CASTRO MONTEIRO
- JOÃO LUIZ SOUZA ENCARNAÇÃO
- TABAJARA SANTOS COSTA

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

PAGAMENTO DE PROCESSO

SENA/ESTADO DA BAHIA: CRÉDITO NO SINDICATO PARA + 1 VIGILANTES EX-SENA

O Nesta terça-feira, 29, o Sindicato também está chamando um colega ex-Sena para receber seu cheque conquistado num processo de 2011 patrocinado pelo Sindicato defendendo os direitos dos colegas contra a quebrona Sena e o contratante omissos e coniventes.

E o contratante réu foi condenado e agora pagou.

O colegas já pode comparecer no Sindicato levando o cartão de vacina contra a Covid 19 e original e cópias dos seguintes documentos: RG,

CPF, PIS, Prova de Residência e CTPS – página da foto, verso e página do contrato SENA.

É luta! É conquista para quem tem fé na luta!
É sindicato de luta, sem pelego, sem patrão!
Parabéns.

Confira seu nome:

PROCESSO 780.2011.9ª - SINDVIGILANTES/
BA X SENA/EST. BAHIA

- EMERSON REIS GOMES

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

Empresserv: Sindsegur continua na luta pelo pagamento dos vigilantes da FUNCARTE | SECULT



Na manhã desta terça-feira, 29 de março, o Sindsegur notificou mais uma vez a FUNCARTE | SECULT sobre o atraso de salário e vale alimentação dos vigilantes da empresa Empresserv que trabalham nos postos de serviço das instituições.

Além disso, os representantes do nosso sindicato realizaram um protesto em frente a

prefeitura para denunciar a referida situação.

De acordo com representantes do município a Empresserv não havia repassado às certidões para que fosse realizado o pagamento.

A empresa já encaminhou as certidões necessárias e a prefeitura afirmou que irá realizar o pagamento dos trabalhadores essa semana.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsegur vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que tais empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

FONTE: Sindsegur

RN Segurança: Sindsegur cobra do Governo do estado celeridade no pagamento do vale alimentação e férias em atraso

Nesta terça-feira, 29 de março, representantes do Sindsegur notificaram mais uma vez a Secretária Estadual do Educação (SEEC) sobre o atraso do vale alimentação do mês de março e as férias remanescentes do ano de 2021 dos vigilantes da RN Segurança.

Além disso, os representantes da nossa entidade também notificaram a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos- SEMARH sobre o atraso do vale alimentação do mês de março dos trabalhadores da secretaria.

A diretoria do nosso Sindicato cobrou dos gestores de contrato celeridade para que a

situação dos trabalhadores seja resolvida.

De acordo com os representantes do Governo do estado foi solicitado num prazo de três dias que a empresa apresente um cronograma de pagamento dos referidos benefícios dos vigilantes.

A nossa entidade sindical está atenta e sempre na luta para preservar os direitos dos vigilantes patrimoniais do RN. Junte-se à nós e ajude a fortalecer a batalha diária por respeito e valorização profissional.

FONTE: Sindsegur

Bancários de todo o país protestam contra o Santander

Manifestações ocorreram em protesto contra convocação de trabalhadores de grupos de risco para o retorno ao trabalho presencial, em defesa da vida, por melhores condições de trabalho, pelo fim das demissões e por contratações



Bancários e suas representações sindicais realizaram, nesta terça-feira (29), um Dia Nacional de Luta em Defesa da Vida, por Melhores Condições de Trabalho e por Contratações pelo banco Santander. Ocorreram manifestações em agências e departamentos do banco em todo o país. Em algumas localidades houve atraso no início dos trabalhos, com reuniões entre os funcionários. Na parte da tarde, as manifestações ocorreram pelas redes sociais.

“A gestão do banco espanhol no Brasil aplica uma política muito prejudicial aos funcionários, com cobrança abusiva de metas, sobrecarga de trabalho, fechamento de agências, gerando demissões e ou realocações... São medidas que transformam o ambiente de trabalho em um caos, causam o adoecimento dos trabalhadores e prejudicam o atendimento aos clientes”, explicou o secretário de Assuntos Socioeconômicos e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) nas negociações com o Santander, Mario Raia.

A coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE Santander), Lucimara Malaquias, explicou que os trabalhadores querem negociações com o banco. “O banco precisa tomar medidas efetivas, que resultem em melhorias para os trabalhadores”, disse.

Pandemia não acabou

Mas, o estopim para as manifestações foi a convocação pelo banco de todos os trabalhadores, mesmo os que têm doenças que podem ser agravadas pela Covid-19, incluindo grávidas e funcionários não vacinados, para o trabalho presencial a partir de 4 de abril.

“Não concordamos com o retorno dos trabalhadores com comorbidades ao trabalho presencial. Ainda não podemos falar em fim da pandemia. Essa medida é uma temeridade, principalmente com a chegada da variante Deltacron no Brasil e no mundo”, ressaltou a coordenadora da COE Santander. “Quem determina o fim da pandemia é a OMS (Organização Mundial da Saúde), não o governo federal e muito menos o banco”, completou.

No dia 18, depois de o banco ter convocado todos seus funcionários para retornar ao trabalho presencial, a Contraf-CUT e demais entidades de representação dos trabalhadores (sindicatos e federações) e associativas dos funcionários do Santander e antigo Banespa (Afubesp) enviaram um ofício ao banco reforçando a posição contrária ao retorno e elencando reivindicações do movimento sindical na tentativa de minimizar os impactos e riscos para esse grupo. Entre elas:

- a reivindicação de que se mantenha a obrigatoriedade do uso de máscaras, independentemente da legislação local;
- e que a equipe médica do Santander forneça um documento no qual especifique tecnicamente quais são as medidas que o banco está tomando para garantir a segurança, a saúde e a vida dos trabalhadores de maior risco.

Além disso, o movimento sindical está tirando um calendário de lutas e denúncias contra o Santander. “Aumentaremos a mobilização nacional contra essas medidas e estamos estudando, inclusive, denúncias formais a órgãos competentes”, concluiu a Lucimara.

Tuitaço

Além das manifestações realizadas na parte da manhã nas portas de agências e departamentos do Santander, houve manifestações nas redes sociais entre 15h e 16h, com a hashtag #SantanderNosRespeite, que alcançou a sétima posição entre os assuntos mais comentados do país em determinado momento.

FONTE: CONTRAF

Greve do INSS completa uma semana com adesão de 19 estados e Distrito Federal



Bancários RBA - Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) completam uma semana de greve nesta terça-feira (29). A principal reivindicação é a reposição de 19,99% nos salários, que estão há 5 anos sem reajuste.

As entidades sindicais da categoria que estão articuladas nacionalmente haviam programado uma reunião com o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, na última sexta-feira, 25 de março.

De acordo com Laurizete Gusmão, diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), a reunião não aconteceu pois, segundo a assessoria do ministro, ele não estava em Brasília e não tinha conhecimento do encontro.

No entanto, Laurizete explica que a informação foi falsa e o ministro do Trabalho e Previdência Onyx Lorenzoni, estava no ministério e não quis recebê-los.

A paralisação já atinge 19 estados mais o Distrito Federal. Em processo de mobilização e construção da greve encontram-se os estados do Rio de Janeiro, Amazonas, Roraima e Paraíba.

Nesta segunda-feira, os servidores do INSS da Bahia, do Sergipe e do Mato Grosso do Sul também aderiram à greve.

Segundo Elio Araújo de Oliveira, secretário geral adjunto do Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Mato Grosso do Sul, até a última sexta-feira a categoria estava paralisada parcialmente no estado. A adesão à greve acontece para unir forças, avalia o dirigente.

Desde o dia 16 de março, servidores mantêm uma vigília permanente em frente ao Ministério da Economia.

Laurizete Gusmão, diretora da Fenasps, conta que na próxima sexta-feira, dia primeiro de abril, haverá uma audiência com Paulo Guedes, ministro da Economia para tentar uma negociação.

A dirigente é categórica ao afirmar que a greve continua enquanto não houver reajuste salarial.

“Na quinta-feira, Guedes nos recebeu, disse que não tinha verba para dar qualquer reajuste, mas que estava disposto a negociar o que não tivesse impacto financeiro, mas tudo tem esse impacto. E nós dissemos que não tínhamos outra pauta, que a pauta com o Ministério da Economia é a reposição salarial. E ele disse que até o dia 1 (de abril) nos daria uma resposta”.

Também nesta segunda-feira, os servidores do Banco Central decidiram que a indeterminado por reajuste salarial de 26,3%.

Foto: Tomaz Silva / Agência Brasil

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

INSS: concessão de benefício chega a demorar mais de 5 meses

Tempo médio foi de 94 dias em janeiro, maior número desde abril de 2021 (102 dias); já em Tocantins, período chega a 155 dias

Foto: Acervo TV Globo



O segurado do INSS chega a levar mais de 5 meses para obter um benefício.

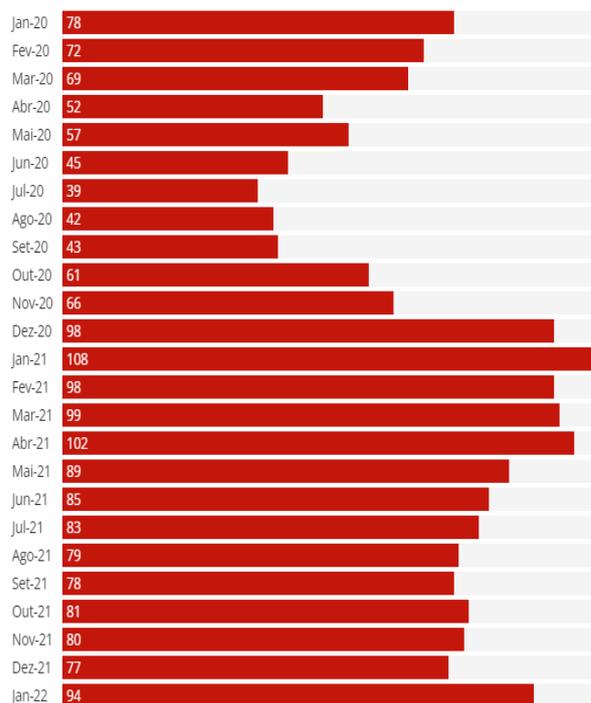
Em janeiro, o tempo médio de concessão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi de 94 dias – o maior desde abril de 2021, quando era de 102 dias. No Tocantins, no entanto, esse prazo chegou a 155 dias. Em Sergipe e no Pará, a 143.

Os dados são do boletim estatístico da Previdência Social, elaborado pela Secretaria de Políticas de Previdência Social/Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária. O g1 questionou o INSS sobre o prazo e aguarda resposta do instituto.

Veja abaixo a evolução do prazo médio de concessão:

Tempo médio de concessão de benefícios

■ Tempo médio em dias



Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Social/Coordenação-geral de Estatística, Demografia e Atuária

Prazos de análise

Em junho do ano passado, entraram em vigor novos prazos para análise de benefícios, que vai de 30 a 90 dias, dependendo do benefício

Até então, a lei previa o limite máximo de 45 dias para a análise de todos os benefícios, mas esse período não vinha sendo cumprido pelo instituto.

Pelo gráfico acima, verifica-se que, durante o primeiro ano de pandemia, o INSS conseguiu cumprir o prazo máximo de 45 dias em alguns meses. Mas, a partir de dezembro de 2020, o número pulou para quase 100 dias e chegou a 108 em janeiro e 102 em abril de 2021.

Pelos prazos válidos desde o ano passado, no caso da aposentadoria por invalidez e do auxílio-doença, o prazo máximo continua sendo de 45 dias. Já para os benefícios assistenciais à pessoa com deficiência e ao idoso (BPC) e para as demais aposentadorias, o prazo é de 90 dias.

Veja abaixo os prazos de análise de cada benefício e auxílio previdenciário:

- Salário-maternidade: 30 dias
- Aposentadoria por invalidez comum e acidentária: 45 dias
- Auxílio-doença comum e por acidente do trabalho: 45 dias
- Pensão por morte: 60 dias
- Auxílio-reclusão: 60 dias
- Auxílio-acidente: 60 dias
- Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC): 90 dias
- Benefício assistencial ao idoso (BPC): 90 dias
- Aposentadorias, salvo por invalidez: 90 dias

Para os benefícios que necessitam de perícia médica e avaliação social, o prazo é contado a partir da realização dessas etapas. Nesse caso, o prazo para a realização de perícia médica e avaliação social será de 45 dias, podendo chegar a 90 dias para locais de difícil acesso.

Esses prazos, que valem por dois anos, foram acordados entre o INSS, o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) e foram homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2020.

Espera chega a 155 dias no Tocantins

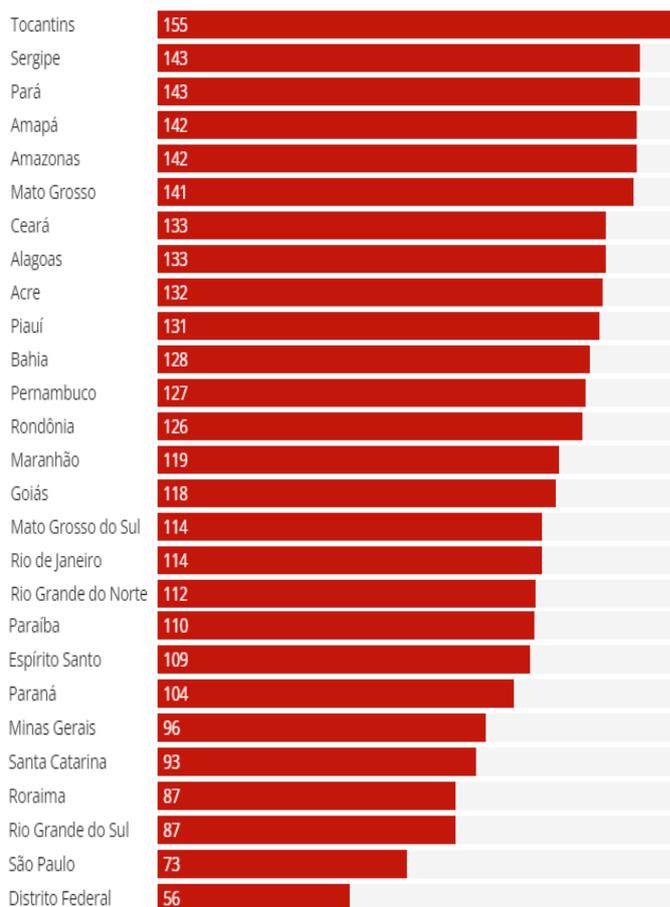
Apesar de o período máximo de concessão variar de 30 a 90 dias, em 23 estados o tempo médio de concessão de benefícios ficou acima de 90 dias em janeiro.

No caso do Tocantins, o tempo médio foi de 155 dias. E a UF com o tempo médio menor foi o Distrito Federal: 56 dias.

Veja abaixo:

Tempo médio de concessão de benefícios nas UFs

Em dias, em janeiro de 2022



Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Social/Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária

Após o requerimento, caso falte alguma documentação necessária, o INSS pode emitir um comunicado ao segurado para que apresente os documentos solicitados. Nesse período de cumprimento de exigência, a contagem do período ficará suspensa até o fim do prazo para entrega dos documentos.

Em relação aos valores atrasados, pagos retroativamente quando o segurado tem o benefício concedido, o beneficiário continua tendo direito a receber os valores correspondentes ao período de espera, a partir da data de entrada do requerimento no INSS.

Quase 1,8 milhão de benefícios represados

Em janeiro, havia 1.763.859 de requerimentos de benefícios em análise. Desse total, 1.479.351 aguardavam a primeira avaliação do Instituto Nacional do Seguro Social e 284.508 já haviam passado pela análise do instituto e necessitavam que o segurado apresentasse documentação para serem concluídos.

Dentro do total de pedidos em análise, o número dos que aguardavam resposta há mais de 45 dias eram bem maiores: 1.328.788. Os demais 435.071 estavam na fila há até 45 dias.

O Nordeste era a região com maior número de requerimentos esperando por análise. Veja abaixo:

- Nordeste: 608.048
- Sudeste: 588.862
- Sul: 251.993
- Norte: 173.729
- Centro-Oeste: 140.951

Em dezembro de 2021, o total de requerimentos em análise foi de 1.777.043: 1.483.525 aguardando o INSS e 293.518 à espera de documentação do segurado.

Já o total de requerimentos de benefícios em análise aguardando perícia médica era de 460.241 em janeiro, sendo 274.851 com até 45 dias de espera e 185.390 acima de 45 dias. Em dezembro de 2021, o número de benefícios aguardando a perícia era de 423.904.

Após o fechamento da reportagem, o INSS informou que atingiu em março deste ano o menor estoque de processos de reconhecimento inicial de direitos e benefícios dos últimos anos: 1,6 milhão de pedidos aguardam análise. “Os dados registraram um marco histórico no instituto”, informou.

De acordo com o INSS, “essa diminuição acontece de forma gradativa demonstrando o trabalho e a força de vontade dos servidores no dia a dia. Além do auxílio da automação, o investimento em capacitação e na reorganização da estrutura dos instituto são fatores decisivos”.

Atualmente, o INSS informa que analisa por mês cerca de 751 mil pedidos de benefícios. O número de novos requerimentos mensais é de 674 mil processos. “Estamos conseguindo dar resposta não só aos pedidos que entram, como

também a uma parte do estoque. É uma fila histórica de anos. Esse passivo é relativamente grande e temos consciência da necessidade de dar uma resposta célere para a sociedade”, explicou o presidente do INSS, José Carlos Oliveira.

Para reduzir o estoque, o INSS está trabalhando em várias frentes:

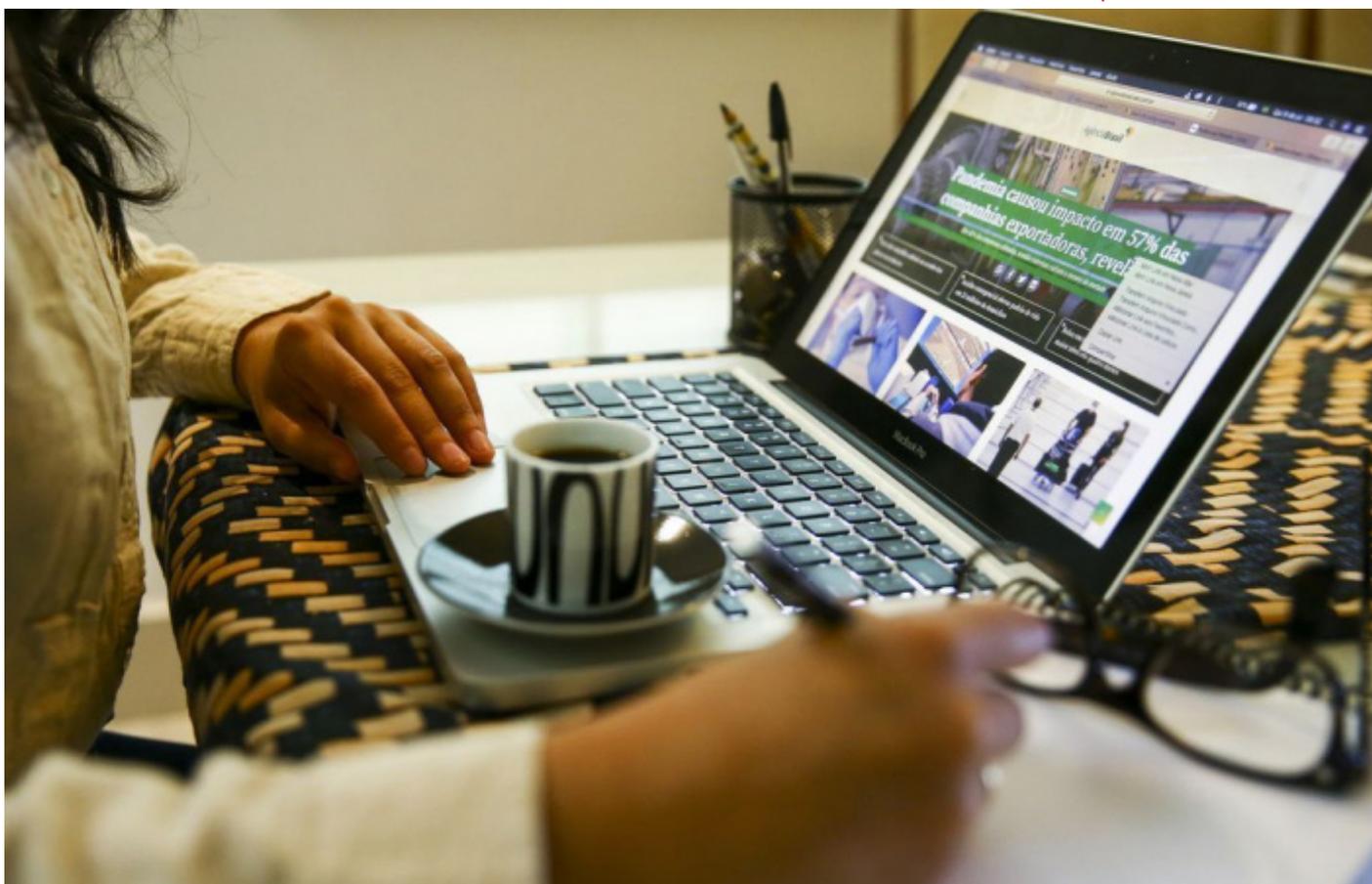
- Capacitação para os servidores
- Ampliação e melhoria do parque tecnológico, com a aquisição de cerca de 18 mil novos computadores destinados aos servidores em teletrabalho e renovação dos computadores e redes das unidades do INSS
- Aprimoramento dos sistemas de trabalho para automação dos processos
- Reabertura das agências do INSS para atendimento presencial agendado
- Reorganização da estrutura hierárquica e funcional
- Investimento na segurança do acesso aos sistemas corporativos, visando proteger os servidores e evitar fraudes
- Acordos de cooperação técnica com empresas, associações, sindicatos e prefeituras, para ampliar o acesso aos serviços previdenciários e acelerar a análise
- Parcerias com outros órgãos governamentais e entidades para cruzamento de dados e compartilhamento de informações
- Educação previdenciária aos cidadãos por meio da Escola da Previdência
- Simplificação e organização da legislação previdenciária (nova Instrução Normativa)
- Aprimoramento dos canais de atendimento à população, seja por meio remoto, como o telefone 135 e o Meu INSS (site e aplicativo), seja presencialmente, nas agências do INSS e no PrevBarco
- Pedido de contratação de novos servidores
- Proposição de nova gratificação financeira para incentivar o incremento na análise dos processos em estoque

FONTE: G1

Renda do trabalho encolhe R\$ 18 bi em 2 anos, mas não foi só por causa da pandemia

A pandemia agravou a situação, mas a queda da renda é efeito da desregulamentação da legislação, do baixo crescimento e da falta de políticas públicas para gerar empregos de qualidade, diz técnica do Dieese

Foto: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASI



Lucros e juros ganharam espaço no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos dois anos, período em que a crise econômica derrubou os salários dos 95 milhões de trabalhadores do país.

Segundo o jornal O Globo, a fatia de rendimentos do trabalho correspondia a 35,4% do PIB em fevereiro de 2020, antes da pandemia. No auge do registro de casos de Covid-19, em

abril de 2021, o percentual caiu para 30,2%.

O motivo central do arrocho, diz o jornal, seria a pandemia, mas não é bem isso, afirma a técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional, Adriana Marcolino, que reconhece: “A pandemia, de fato, provocou um grande impacto negativo no mercado de trabalho, mas no período de reabertura da economia a regra para novas contratações tem sido aprofundar

a precarização e informalidade e reduzir salários, facilitadas pela falta de uma ação governamental que procurasse resolver esses problemas”.

“A queda dos rendimentos do trabalho é anterior à pandemia, começou com a retirada de direitos dos trabalhadores em 2017”, diz a técnica se referindo a reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Essa queda vem do aumento da desregulamentação da legislação trabalhista, do baixo crescimento, da falta de fiscalização do trabalho, da falta de políticas públicas para gerar empregos de qualidade, do abandono da política de valorização do salário mínimo, é uma lista grande de problemas que o governo brasileiro não está atuando devidamente”, pontua Adriana Marcolino.

Os números divulgados pelo Globo nesta segunda-feira, obtidos por meio de cruzamentos de informações das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) feito pela Corretora Tullet Prebom Brasil, usam dados do período da pandemia, mas ignoram as outras causas do arrocho citadas pela técnica do Dieese.

Segundo a pesquisa, mesmo com a queda da taxa de desemprego - de 14,8% em abril de 2021 para 11,2% - a participação dos salários subiu apenas para 30,9% em janeiro deste ano.

Ao mesmo tempo em que a inflação dispara, a massa de salários mensal cai - R\$ 18 bilhões nesses dois anos -, de R\$ 250,5 bilhões em fevereiro de 2020 para R\$ 232,6 bilhões em janeiro deste ano, derrubando ainda mais o poder de compra de trabalhadores e trabalhadoras.

As empresas aproveitam as altas taxas de desemprego e informalidade para garantir os

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

lucros pagando menos aos novos contratados e arrochando os salários dos que já estão trabalhando, como mostra pesquisa do Dieese.

Dos 119 reajustes com data-base em fevereiro analisados pelo Dieese, 60,5% ficaram abaixo da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC do IBGE. Esse dado, somado à alta rotatividade, tem achatado os salários, explica Adriana Marcolino.

E com o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo, criada pelo ex-presidente Lula e extingida pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), há três anos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) também não tem aumento real, que era garantido para os beneficiários que ganham até um salário mínimo. O que contribui para reduzir ainda mais a massa de rendimentos da população, que contribui para o aquecimento do mercado interno.

35,3% ganham até 1 mínimo

Segundo a pesquisa do Globo, de março de 2020, até dezembro do ano passado, mais 6,5 milhões de trabalhadores engrossaram o grupo que ganha até um salário mínimo. “O que reforça que o problema não começou com a pandemia, foi aprofundado por ela”, afirma Adriana Marcolino.

O maior patamar de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, que começou em 2012. De acordo com o cruzamento feito pela LCA Consultores, atualmente, são 33,8 milhões com esses baixos salários, 35,3% dos ocupados. Em março de 2020, eram 29,2%.

Como é calculado o PIB

O PIB é calculado a partir da soma, soma de tudo que é gasto no país, seja o consumo das famílias, os investimentos e gastos do governo, além do saldo de exportações e importações.

FONTES: CUT -Marize Muniz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF